



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETO LEGISLATIVO N.º 168, DE 31 DE MARÇO DE 1982

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea «j» do inciso II do artigo 14 da II Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — É negada a licença a que se refere o ofício n.º 4.767-81 do Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para instauração de ação penal contra o deputado Sylvio Benito Martini.

7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 17 DE MARÇO DE 1982

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 19h30m abre-se a sessão com a presença dos Srs. Deputados Abraham Dabus — Ademair de Barros — Agenor Lino de Matos — Almir Pazianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezak — Rubens Lara — Maurício Najar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Tufi Jubran — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierenbach — Francisco Dias — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatiro Shimamoto — Hélio Cesar Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Ávila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jilnei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeira — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nodoci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodósia Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simionato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes. Ausentes os Srs. Deputados Carlos Fernando Zuppo — Nabil Chedid e Reginaldo Valadao. Licenciado o Sr. Deputado Franco Baruselli.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. Deputado Sylvio Martini para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Sylvio Martini — PDS) — Procede à leitura da Ata, que é considerada aprovada.

EMENTARIO DA 7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ORDEM DO DIA

- 1 — Pres. Januário Mantelli Neto — Abre a sessão.
- 2 — Vanderlei Simionato — Requer prorrogação da sessão por 5m e solicita verificação de presença.
- 3 — Pres. Januário Mantelli Neto — Compromete-se a colocar o pedido de prorrogação oportunamente em votação, e não acolhe o pedido de verificação de presença por constatar quorum. Convoca uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça para apreciação do PL 586 e do Requerimento 101-82. Lê e coloca em discussão o requerimento do Dep. Vanderlei Simionato, solicitando o adiamento da discussão do projeto de Decreto Legislativo 1-82, por 5 dias.
- 4 — Málek Assad — Solicita prorrogação da sessão por 2h30m.
- 5 — Pres. Januário Mantelli Neto — Compromete-se a colocar o pedido oportunamente em votação.
- 6 — Vanderlei Simionato — Em nome do PMDB, discute o requerimento de adiamento da discussão do projeto de Decreto Legislativo 1-82.
- 7 — Waldemar Chubaci — Discute o requerimento de adiamento da discussão do projeto de Decreto Legislativo 1-82.
- 8 — Sylvio Martini — Assume a Presidência.
- 9 — Pres. Januário Mantelli Neto — Assume a Presidência.
- 10 — Vanderlei Simionato — Para reclamação, indaga se a votação do requerimento poderá ser pelo processo de votação nominal.
- 11 — Pres. Januário Mantelli Neto — Responde ao Dep. Vanderlei Simionato.
- 12 — Osmar Ribeiro Fonseca — Em nome da bancada do PDT, discute o requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 13 — Sérgio Santos — Discute, em nome do PT, o requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 14 — Pres. Januário Mantelli Neto — Encerra a discussão e anuncia a votação do requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 15 — Fernando Moraes — Em nome do PMDB, encaminha a votação do requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 16 — Osmar Ribeiro Fonseca — Em nome do PDT, encaminha a votação do requeri-

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto e Sylvio Martini

SECRETÁRIOS, Srs. Sylvio Martini, Tufi Jubran e Ivan Espindola de Ávila

- 17 — Marcos Aurélio Ribeiro — Em nome do PT, encaminha a votação do requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 18 — Tufi Jubran — Em nome do PDS, encaminha a votação do requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 19 — Vicente Botta — Em nome do PTB, encaminha a votação do requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 20 — Pres. Januário Mantelli Neto — Coloca em votação o requerimento de adiamento da discussão do PDL 1-82, e o declara rejeitado. Anuncia a presença e presta homenagens ao Dep. Federal Jorge Paulo.
- 21 — Luiz Máximo — Comunica que está encaminhando requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82, por 4 dias.
- 22 — Pres. Januário Mantelli Neto — Lê requerimento do Dep. Luiz Máximo, solicitando o adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82. Coloca-o em discussão.
- 23 — José Yunes — Em nome da bancada do PMDB, discute o requerimento de adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo 1-82.
- 24 — Pres. Januário Mantelli Neto — Coloca em votação o requerimento de prorrogação da sessão por 5m, e o declara rejeitado.
- 25 — Málek Assad — Solicita verificação de votação.
- 26 — Pres. Januário Mantelli Neto — Acolhe o pedido e determina que se proceda a verificação. Anuncia a presença e presta homenagens ao Secretário da Promoção Social. Comunica o resultado da verificação de votação, declarando rejeitado o pedido de prorrogação da sessão por 5m, e consequentemente prejudicando o requerimento do Dep. Málek Assad. Encerra a sessão.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. VANDERLEI SIMIONATO (PMDB) (Para reclamação) — Sr. Presidente, regimentalmente requereu de V. Exa. que cologue, no momento oportuno, um pedido de prorrogação dos trabalhos desta sessão por cinco minutos, e aproveite a oportunidade para requerer, também, verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — Esta Presidência colocará o requerimento de prorrogação em votação no momento oportuno, mas constata número regimental para continuação dos trabalhos.

Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso 3.º, Alínea "b", do II Consolidação do Regimento Interno, convoco a Comissão de Constituição e Justiça para realizar reunião extraordinária amanhã, dia 18, às 15 horas, a fim de apreciar as seguintes proposições em regime de urgência:

Projeto de lei 586 e Requerimento n.º 101-82.

Srs. Deputados, sobre a mesa o seguinte requerimento: "Requerio, nos termos regimentais, o adiamento da discussão do Projeto de decreto legislativo n.º 1-82 por cinco dias. Assinado, Deputado Vanderlei Simionato".

Em discussão.

O SR. VANDERLEI SIMIONATO (PMDB) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — Tem a palavra para discutir, em nome da Bancada do PMDB, o nobre Deputado Vanderlei Simionato.

O SR. MALEK ASSAD (PDS) — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. para, no momento oportuno, colocar em votação o pedido de prorrogação dos trabalhos por duas horas e meia.

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — No momento oportuno a Presidência colocará em votação o pedido formulado por Vossa Excelência.

O SR. VANDERLEI SIMIONATO (PMDB) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. Deputados, houvemos por bem apresentar um requerimento de adiamento dessa matéria por cinco dias, por entendermos que essa matéria não tem a importância que a ela se dá.

Evidentemente que não é matéria de relevante interesse dos contribuintes deste Estado. Faço questão de ressaltar que não há qualquer relação entre o que afirmo e a Prefeitura de São Paulo, porque o que esta-

mos discutindo é a indicação de um novo prefeito para São Paulo.

É evidente que com o Sr. Reinaldo de Barros ou com o Sr. Salim Curiati não haverá qualquer modificação na Prefeitura de São Paulo. É matéria que interessa apenas e tão-somente ao Partido do Governo, visto que se trata de indicação de mais um bônico para ocupar a Prefeitura de São Paulo. Existem tantas outras matérias que esta Casa poderia estar discutindo neste instante, e entre elas faço questão de ressaltar o aumento do funcionalismo do Estado de São Paulo. O aumento do funcionalismo está sendo objeto de ampla discussão, de amplo debate no seio da categoria que, já por diversas e variadas vezes, tanto através das suas entidades legalmente constituídas, quanto dos funcionários em si, manifestaram o seu desagrado pelo percentual irrisório que o Governador deste Estado pretende lhes conceder. Diz S. Exa. que não há, evidentemente, recursos para tanto. O funcionalismo está questionando e está mostrando ao Governo que recurso existe, que o que falta é boa vontade, o que falta é respeito, o que falta é interesse por aqueles que tanto fizeram e que tanto fazem pela Administração do Estado.

Não adianta ir à televisão e dizer que tem pelo funcionalismo o mais profundo respeito se, na hora em que pode materializar esse respeito, o Sr. Governador agride a classe do funcionalismo. Trata-se de uma violência, porque diz o Sr. Governador que tem profundo respeito pela classe, mas na prática, na hora da concessão de benefícios, ele os agride.

Evidentemente que esta matéria, como tantas outras, como por exemplo a denúncia que desta tribuna fez, na tarde de hoje, o nobre Deputado Nabil Abi Chedid sobre o envolvimento do Estado no escândalo da Federação Paulista de Futebol. É importante ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se trata, como tantas vezes fizeram crer os Deputados do PDS nesta Casa, de uma acusação leviana da Oposição. Desta vez foi um Deputado do Governo que trouxe ao conhecimento desta Casa um envolvimento escandaloso nas eleições da Federação Paulista de Futebol. Isso, evidentemente, é matéria que se nos afigura como da máxima importância e não a discussão do nome do Prefeito da Capital.

O Prefeito da Capital, por uma situação toda especial, nomeado que é, sem que o povo dessa cidade possa elegê-lo, não tem Vice-Prefeito; mas, para substituí-lo em qualquer eventualidade, em qualquer impedimento, determina-se que o Presidente da Câmara, que, também, é do PDS, possa assumir a Prefeitura. Então, não vemos aqui a urgência que o partido do Governo e o Governo pretendem dar a esta matéria. Entendemos que há uma série de outras matérias interessantes e muito mais importantes do que essa; bônico por bônico não vamos participar do processo de eleição; o povo não vai participar. Temos, aí, o aumento para o funcionalismo, sobre o qual esta Casa precisa se posicionar. As denúncias que hoje, nesta Casa foram levantadas, por um integrante do PDS, contra o Governador, que é do PDS, denúncias que já eram — algumas — delas — do nosso conhecimento, hoje se tornaram oficiais, porque foram feitas da tribuna desta Casa. Esta, sim, me parece matéria de muito mais importância e, exatamente, a ela é que deveríamos estar destinando todo o tempo possível dos nossos trabalhos. No entanto, na sessão extraordinária de hoje, a pauta é a seguinte: "Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1 de 1982, apresentado pela Mesa, aprovando a indicação do Deputado Antonio Salim Curiati para Prefeito do Município de São Paulo."

Queremos deixar bem claro, que não estamos discutindo o nome, que não estamos discutindo a figura que o Sr. Governador pretende colocar na Prefeitura, mas vamos discutir, isto sim, a maneira pela qual isto vai se processar. Sai o Prefeito Reynaldo de Barros, indicamos um novo Prefeito para São Paulo. Qual a importância disso? As enchentes continuarão por obra e graça de São Pedro, segundo declarações do atual prefeito.

Há uma série de realizações, uma série de obras que, hoje, a população reivindica do Governo Municipal e, no entanto, o que esta Casa vai discutir? Qual é a matéria mais importante para o Estado hoje? A indicação do futuro Prefeito da Capital. Trata-se do bolso do colete o nome de um homem que vai dirigir os destinos desta grande cidade até o final do mandato.

Não reconhecemos a necessidade de esta Casa estar reunida para discutir esta matéria, porque existem outras de maior importância: do que a que consta da ordem do dia de hoje.

Por esta razão é que apresentamos, há poucos instantes, à Mesa desta Casa — e o estamos entregando neste instante — um requerimento que pretende adiar a votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, por 5 dias.

Não existe argumento que possa nos convencer da necessidade de colocarmos em votação, hoje, esta semana, o nome do futuro Prefeito de São Paulo.

Como disse no início da minha fala, existem muitas outras matérias importantes para discutirmos. Recebi, ainda hoje, em meu gabinete, uma comissão de funcionários públicos do Estado de São Paulo, preocupados com o aviltante índice de reajuste que o Governador pretende dar ao funcionalismo.

S. Exa. disse que não há recursos para tanto. Tive oportunidade de, rapidamente, apreciar o orçamento do ano passado e o deste ano e pude verificar, apenas num dos itens essa loucura do Governador de investir neste famoso cabide de empregos que é a Paulipetro; mas, petróleo mesmo não está encontrando. Há dias o Governador anunciou, numa cidade, cujo nome me foge neste instante, a descoberta de um poço de gás muito importante e que compensaria o investimento deste Estado. Oje tive a oportunidade de ler no jornal "O Estado de São Paulo" que o gás está misturado à água e, se isso continuar, dentro de alguns dias não haverá mais gás e, sim, água. Não se se a função da Paulipetro é perfurar poço artesiano, porque a tarefa de abastecimento de água é da SABESP. No entanto, foi investida uma fortuna para se encontrar um poço anunciado como um grande produtor de gás do Estado, que, hoje, já está remetendo para fora grande quantidade de água. Acho que há, aí, um confronto de atribuições. Entendo que a SABESP deveria intervir no poço, tirar de lá a Paulipetro, para utilizar esse poço como um poço artesiano, já que a água é tão cara, já que São Paulo tem sérios problemas de abastecimento.

Voltando ao assunto, observei que no orçamento do ano passado a Paulipetro estava trabalhando com uma quantia bem inferior a 500 milhões de cruzeiros. Este ano a Paulipetro tem uma verba da ordem de 8 bilhões de cruzeiros.

O Sr. Walter Mendes (PMDB — Com assentimento do orador) — Nobre Deputado Vanderlei Simionato, se arrependimento matasse eu estaria morto há muito tempo. Fui um dos deputados que desmontou, por ocasião de nossa discussão sobre fechamento de questão, na Bancada quanto à indicação do nome do Sr. Reynaldo de Barros para prefeito. Fui o último a votar e, se não me enganar, o resultado da votação foi de 26 a 28. Eu desmontei. Então, o Prefeito de São Paulo, hoje, deve a mim, talvez, sua indicação. Mas, depois de um certo tempo, esse homem, que foi eleito sem qualquer voto do povo, voltou-se dando uma de "gostoso", — perdoo-me a expressão, — criticando o nosso senador Franco Montoro. Aliás, arrependendo e imitando o que o seu chefe, Governador Paulo Salim Maluf, dizia, inclusive chamando nosso senador de velho, fujão e uma série de coisas. Mas, esquece o nosso prefeito, Reynaldo de Barros, que não foi eleito pelo voto de ninguém, talvez, até pelo meu voto, lamentavelmente foi eleito pelo voto de vinte e seis ou vinte e sete deputados, aqui nesta Assembleia. Então, disse bem V. Exa. que não há pressa nenhuma na escolha do Prefeito de São Paulo, mesmo porque não muda nada, sai do "a" e volta no "a", não acontece nada e não vai resolver a situação política. Vamos ver, com todo o respeito que tenho pelo nosso colega, Deputado Antônio Salim Curiati, que é um grande deputado, que quando da investidura do cargo de prefeito, vai mudar de situação. Ele vai deixar de ser um deputado dócil, amigo e sincero para se tornar numa pessoa que vai somente acusar, somente difamar o nosso candidato a Governador. Portanto, não temos pressa nenhuma e não votaremos nele. Se algum outro Partido, inclusive algum que está desmontando por aí e que sempre apóia, quiser votar, é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) (Fazendo soar a campainha) — O tempo de V. Exa. está esgotado, nobre Deputado Vanderlei Simionato.

O Sr. Walter Mendes (PMDB) — Sr. Presidente, nós, do PMDB, não votaremos. Pelo menos teremos a consciência tranquila, no futuro, quando disserem "o atual prefeito de São Paulo", iremos falar: "o Prefeito de vocês, não nosso, do PMDB." Muito obrigado.

O SR. VANDERLEI SIMIONATO (PMDB) — Agradeço o aparte de V. Exa. e, atendendo à recomendação do Sr. Presidente, encerro, reafirmando: não vejo nenhuma necessidade de esta Casa estar concentrada, neste instante, no nome do futuro Prefeito de São Paulo. Há matérias mais importantes.

O SR. WALDEMAR CHUBACI (PMDB) (Pelo artigo 83) — Sr. Presidente, solicito a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Waldemar Chubaci.